



# Painel da IPA: Preconceito e Psicanálise

*Este painel foi apresentado no 46º Congresso da Associação Psicanalítica Internacional e realizou-se no dia 31 de julho de 2009 em Chicago, Illinois, nos Estados Unidos da América. Seus integrantes foram Silvia Amati Sas (Trieste, Italy), Fanny Blanck-Cereijido (México, D.F.), Miriam Grynberg Robinson (México, D.F.) e Viviane Sprinz Mondrzak (Porto Alegre, Brasil) O painel baseou-se na elaboração do tema Preconceito e Psicanálise pelo Comitê da International Psychoanalytical Association (Prejudice Committee) entre 2004 e 2009, cuja presidente foi Janine Puget. Exporemos a introdução feita por Fanny Blanck-Cereijido (Presidente), a apresentação do caso por Miriam Grynberg, os comentários das painelistas Silvia Amati Sas, Viviane Sprinz Mondrzak e Fanny Blanck-Cereijido e a resposta de Miriam Grynberg a estes comentários.*



## Preconceito, transmissão transgeracional e neutralidade

*Fanny Blanck-Cereijido*<sup>1</sup>

A proposta desta mesa redonda surge a partir de questionamentos e perguntas teórico-clínicas que partem do trabalho que realizamos sobre o problema do preconceito. Acreditamos que a cura psicanalítica inclui o analista em um processo dialético analista-analisando e o coloca numa situação de compromisso. Esta forma de situar-se na cura reconhece a incidência do analista na transferência do analisando, que responde à sua história e também ao modo de ser esperado e escutado. Portanto, consideramos que o preconceito aparece na narrativa do analisando assim como na mente e no discurso do analista. É importante reconhecer quando o preconceito do analista constitui um obstáculo para entender-se o conteúdo de uma sessão, situação que incide na contratransferência do analista e nas possibilidades de sua escuta. Nossa intenção é estudar o manejo destes problemas a partir de um material clínico baseado nas vertentes da contratransfêrencia, da neutralidade e da regra de abstinência.

O discurso da paciente que apresentamos provoca um forte impacto contratransferencial na analista. A paciente é neta de nazistas, com fantasias filicidas diante da criança que abriga em seu ventre; a analista é judia com uma história de família desaparecida nos campos de extermínio e pai preso durante anos na Rússia soviética. A intenção é que as participantes trabalhem com o mesmo material clínico, já que o fato de terem diferentes procedências geográficas e marcos referenciais não homogêneos cria a possibilidade de abordagens psicanalíticas diferentes. A discussão terá como ponto de partida um material clínico apresentado por Miriam Grynberg.

Entendemos por preconceito as idéias discriminatórias, depreciativas diante de uma comunidade, país ou grupo social. A questão da discriminação abrange o psiquismo individual e o imaginário social, cada sociedade é constituída por seus valores, seu conceito de justiça, de lógica e de estética, de tal maneira que a inferioridade do outro leva ao contrário da afirmação da própria verdade. Entre esta perspectiva e a atribuição de uma essência malvada, perversa, aos outros há uma pequena distância.

---

<sup>1</sup> Membro Efetivo da Associação Mexicana de Psicanálise.



Quando aquele que atribui um valor negativo a uma comunidade ou grupo com características que considera estranhas tem força para exercer discriminação, desprezo e violência, estamos diante do preconceito maligno, e, se aquele que discrimina tiver a força necessária, irá atacar e destruir o que é objeto de ódio e desprezo.

A contrapartida desta situação social e coletiva no psiquismo individual é a tendência a colocar no outro aquilo que é inaceitável em si próprio. Na psicanálise existe uma abordagem, já clássica, da xenofobia e da discriminação a partir da teoria do imaginário. A segregação, o racismo e o ódio pelo outro partem da problemática do narcisismo e da especularidade. Há a convicção de que as pequenas diferenças que caracterizam cada um nos distinguem como melhores diante dos outros. Aquilo que é rejeitado no outro provém da necessidade de proteger a coerência da própria imagem, de ignorar o que é reprimido em si. Talvez a afirmação freudiana de expulsar o mau e considerar o externo como pertencente ao não ego, reter o bom como próprio, prossiga como convicção ao longo da vida, o que leva a considerar o dualismo próprio-estranho, autóctone-estrangeiro, bom-mau como algo natural nas crenças e convicções posteriores. Charles Darwin, cujas opiniões não podem ser taxadas de culturalistas, acredita que “Uma crença incutida constantemente durante os primeiros anos da vida, quando o cérebro é muito impressionável, parece adquirir quase a natureza de um instinto; e a verdadeira essência de um instinto é a de ser obedecido independentemente da razão” (Darwin, 1781, p. 123).

Por outro lado, o termo preconceito envolve a idéia de um conceito ou julgamento que precede à experiência, que equivale ao *a priori* kantiano, expressa as crenças, os valores e as categorias de referência do mundo de cada sujeito e depende das palavras e dos conceitos em que esse sujeito nasceu imerso. O preconceito organiza e discrimina os fatos e fatores sendo, portanto, indispensável ao pensamento e os situa em um sistema de valores aceitos e rejeitados pela família e pela sociedade que precedem esse indivíduo; condiciona, assim, suas crenças e valores ao pertencimento familiar e social, efeito da transmissão transgeracional consciente e inconsciente. As certezas que os preconceitos trazem são crenças incorporadas de modo acrítico, tradições inamovíveis (Puget, 2006). No entanto, o julgamento descrito por Freud como julgamento de atribuição e de existência permite discriminar, atribuir valores, estabelecer categorias, distinguir um objeto externo de um desejado e é modificável por conhecimentos ou raciocínios novos. Os psicanalistas também têm preconceitos diante de novas teorias, já que estas impugnam certezas ao questionarem qual a verdadeira psicanálise, ou qual o material interpretável.



Os preconceitos e crenças próprios de cada conjunto humano conferem um sentimento de pertencimento a essa comunidade, de identidade, que se torna imprescindível, a tal ponto que os integrantes destes grupos podem adotar condutas incríveis visando a serem aceitos e não perderem seu pertencimento. Este pertencimento permite, segundo Silvia Amati, o depósito dos aspectos menos discriminados e arcaicos de cada sujeito no contexto transubjetivo.

O outro, com sua diferença e estranheza sacode as certezas identitárias, já que propõe abordagens diferentes diante de questões vitais, crenças e convicções. O psicanalista também está nesta situação quando escuta um analisando com maiores ou menores diferenças em relação a suas próprias crenças e conceitos. Mesmo que sua própria análise lhe confira capacidade para escutar alguém que difere de suas opiniões, isto não deixa de constituir uma problemática.

A impossibilidade de pensar sem uma bagagem preexistente de critérios e valores colore e modula a relação analítica e a contratransferência na sessão psicanalítica. O preconceito aparece necessariamente na mente de ambos os protagonistas através das crenças familiares, pertencimentos, posições teóricas, objetivos terapêuticos. Os preconceitos conscientes ou inconscientes que operam na mente do psicanalista diante de alguém que possua outras crenças, outras posições políticas, especialmente em situações de importância para o psicanalista, podem representar um obstáculo contratransferencial para a escuta do analisando. Na verdade, reagimos com preconceito, com rejeição, mesmo que apenas com nossos sentimentos, diante de qualquer característica do paciente que não coincida com nossas crenças e devemos fazer um trabalho de elaboração destes sentimentos antes de dizer ou de não dizer algo a esse paciente.

De modo que todo analista participa na situação da cura com sua presença psíquica na dialética analista-analisando, portador de sua memória onto e filogenética, sua *welthaushauung*, sua constelação edípica inconsciente, sua subjetividade, seus valores, sua origem, cultura, arcabouço referencial, filiação analítica, sua própria teoria da clínica, suas crenças, convicções e preconceitos. Esta concepção da cura, que inclui o pessoal como resposta qualificada, marcada e particular, incide na transferência do analisando, que responde a sua própria história, a suas próprias características e também ao modo de ser esperado e escutado. As respostas contratransferenciais foram entendidas durante muito tempo como tendo sido causadas exclusivamente pela atividade associativa ou pela atuação do analisando, mas uma concepção mais incluyente do papel de cada participante do processo analítico nos permite concebê-la como parte do enquadre interno do analista, de seu trabalho elaborativo e de suas variáveis pessoais. Além



disso, nossa escuta, nossa atitude consciente ou inconsciente de aceitação ou rejeição possibilitam ou dificultam a palavra do analisando.

A noção de campo analítico (Baranger, 2009) sustenta que a intersubjetividade presente na dupla analista-paciente excede os conceitos de transferência e contratransferência, já que estes são pensados como fenômenos individuais que ocorrem no paciente e no analista separadamente. O conceito de campo envolve uma tensão oscilatória constante entre as individualidades de cada um dentro do campo intersubjetivo.

Questionamos, a seguir, o lugar ocupado pela neutralidade e pela abstinência entre a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade. Eizirik (2002) considera que a questão da neutralidade analítica é central e que ainda é um conceito útil, embora necessite ser atualizado e revitalizado. Sugere uma postura na qual o analista conserve a necessária empatia, mantendo uma distância possível em relação ao material do paciente e sua transferência, à contratransferência e a sua própria personalidade, seus próprios valores, às expectativas e pressões do mundo externo e à teoria psicanalítica. A partir deste fator, postula certa distância possível, necessária para permitir a emergência do desejo e a convicção do analisando. Podemos acrescentar que nossas próprias convicções, preconceitos e teorias estão presentes na situação analítica, já que não são inerentes, como nosso julgamento, mas que ser consciente disto nos permite favorecer, deixar espaço à emergência do pensamento e do desejo do analisando. O que precisamos é encontrar uma modalidade de comunicação que abra as perspectivas pessoais do analisando, que não feche seus caminhos, que, ao contrário, os expanda. Talvez a neutralidade seja isto: não oferecer ou sugerir a rota a seguir, mas acompanhar sua busca. A esse propósito, Silvia Amati sugere a possibilidade da expressão de indignação para o analista não aparecer como cúmplice ou adaptado aos fatos face à crueldade extrema ou à injustiça flagrante, como ocorre nos tratamentos das pessoas que sofreram tortura ou traumatismos físicos ou psíquicos inimagináveis.

Miriam Grynberg vai expor um caso que permaneceu em análise durante um tempo curto. Por isso, o material com que contamos é limitado, mas o consideramos adequado ao estudo do tema do preconceito e das dificuldades que oferece. Para encerrar, concebemos o preconceito como um fenômeno com inserção no inconsciente transgeracional, mas que depende do comunitário e do social. A transformação de preconceito benigno (preferências, adesões, consciência de certas diferenças) em maligno, que implica destruição e aniquilação do diferente – vejam-se as catástrofes do século XX e XXI – depende de fatores políticos, sociais e econômicos, de modo que seu estudo abrangente é interdisciplinar. Nós partimos da clínica psicanalítica, nossa melhor possibilidade.



Fanny Blanck-Cereijido et al.

---

## Referências

BARANGER, M. W. (2009). *The work of confluence: listening and interpreting in the psychoanalytic field*. London: Karnac. p. 52-55.

DARWIN, C. (1871). *The descent of man, and selection in relation to sex*. London: John Murray. p. 123.

EIZIRIK, C. Entre la objetividad, la subjetividad y la intersubjetividad. ¿Aún hay lugar para la neutralidad analítica? *Aperturas Psicoanalíticas*, n. 12, 2002. Disponível em: <<http://www.aperturas.org/articulos.php?id=0000212&a=Entre-la-objetividad-la-subjetividad-y-la-intersubjetividad-%BFAun-hay-lugar-para-la-neutralidad-analitica?>>. Acesso em: 21 dez. 2007.

PUGET, J. (2006). *Introducción al tema para el Working Group sobre prejuicios*. Comunicação enviada ao Working Group on Prejudice. London: Internacional Psychoanalytical Association.

